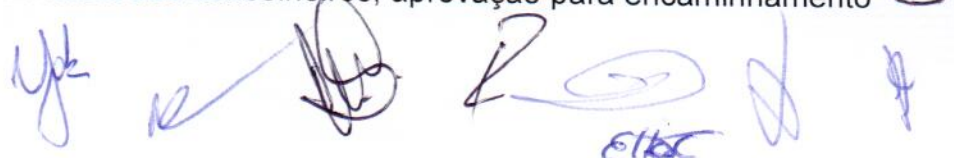


Ata Nº 548 – Aos dezenove dias do mês de maio de dois mil e vinte, às nove horas, via Skype, iniciou-se a **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Balneário Camboriú-SC**. Estavam presentes os seguintes conselheiros: Luciano Pedro Estevão, Douglas Schwolk Fontan Aguirre, Patricia da Costa Oliveira, Mário Tetto Pereira Neto, Marilene Severino Cardoso, Yolanda Irene Keller Boia, Valdeci Matias, Karina Gonçalves dos Passos, Josiane Hoepers, Wilson Reginatto Júnior, Cátia Cristine Purnhagen Franzoi, Ellacyane Cardoso Soares Rocha, Regina Dal Bem e Mayara Cristina Fonseca. Estavam presentes: José Manoel Pereira Neto, representando o Grupo de Escoteiro Leão do Mar; Kelly Spricigo, representante da ONG Vidas Recicladas – Casa das Anas; Camille Amorim e Paulo Cavalcante, conselheiros tutelares. O vice presidente Luciano realizou a reunião de hoje, visto que o presidente Douglas só poderá participar da reunião depois das dez e trinta horas. Pauta 01: Aprovação da Ata. Foi aprovada a ata do dia cinco de maio de dois mil e vinte. Pauta 02: Leitura dos Ofícios Expedidos e Documentos Recebidos. Ofícios Expedidos: E-mail do dia seis de maio, encaminhado a Geração de Emprego e Renda – GERAR, informando que no momento este conselho não poderá atender a solicitação da entidade e Declaração de Funcionamento para o Grupo de Escoteiro Leão do Mar, a pedido da entidade, para encaminhamento a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC. Documentos Recebidos: E-mail do dia cinco de maio, encaminhado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA, enviando Ofício Circular nº003 de quinze de abril de dois mil e vinte e Ofício Circular nº004 de trinta de abril de dois mil e vinte, informando da prorrogação da atualização da sua base de informações referente aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Estado de Santa Catarina, o qual este CMDCA já realizou retorno; E-mail do dia seis de maio, encaminhado pela Geração de Emprego e Renda – GERAR, agradecendo o retorno dado pelo CMDCA; E-mail do dia seis de maio, encaminhado pela Câmara de Deputados, Deputada Federal Carmen Zanotto, enviando Ofício Circular nº001, de cinco de maio, convidando os conselheiros para participarem do evento Diálogo com Especialistas, por vídeo conferência, dia quatorze de maio, às nove horas e trinta minutos, promovido pela Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância (FPMPI), onde será abordado o tema “O Enfrentamento ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes diante da Covid-19”, em referência a campanha do Maio Laranja, que busca conscientizar a sociedade para acabar com esse crime; E-mail do dia sete de maio, encaminhado pelo Programa CIEE Aprendiz, encaminhando projeto e solicitação de renovação da inscrição do projeto da entidade neste CMDCA; E-mail do dia onze de maio, encaminhado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA, informando que a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social de Santa Catarina, por meio da Diretoria de Direitos Humanos estará realizando no dia treze de maio das nove às onze horas, uma live para os conselheiros tutelares, Conselhos de Direitos e membros do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) de Santa Catarina, com o objetivo de orientar o acesso ao SIPIA CT visando à utilização do sistema; E-mail do dia doze de maio, encaminhado pela JSM Assessoria informando sobre cartilhas temáticas que visam a. prevenção e o combate de violências sofridas por muitas famílias de seu município, tais como: violência doméstica, o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, o trabalho infantil, a violência contra as pessoas idosas, o bullying sofrido pelas crianças e adolescentes tanto em âmbito escolar, como fora dele e outros; E-mail do dia treze de maio, encaminhado pela estagiária do Conselho Tutelar Ana Medeiros, informando sobre o Projeto Quarentena Educativa; E-mail do dia dezoito de maio, encaminhado pela Fundação Municipal de Esportes – FME, enviando o Projeto Dojo – Centro de Artes Marciais – Esporte Comunitário Dois Mil e Vinte, e solicitando que os recursos no valor de Sessenta e Oito Mil, Setecentos e Trinta e Nove Reais, aprovados para a execução do projeto JEBC e JEBQUINHO e PARAJEBC que não poderão ser

implementados este ano devido à pandemia, sejam destinados ao Projeto Dojo, conforme projeto anexo; E-mail de dezoito de maio, encaminhado pela Gestora de Parcerias Haydée Assanti, encaminhando pareceres das prestações de contas referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de dois mil e vinte da Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral e Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS, conforme solicitado por este conselho no ano de dois mil e dezenove. Foram entregues os Relatórios de Atividades das seguintes entidades: Grupo de Estudos e Apoio a Adoção Anjos da Vida (Mês de Abril); Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral (Mês de Abril e Relatório de Atividades realizadas na pandemia), Associação Lar Maternal Bom Pastor (Mês de Abril); Associação Dragão Negro (Mês de Abril); Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS (Mês de Março) e Centro de Recuperação Nova Esperança – CERENE (Mês de Abril). Quanto à solicitação da Fundação Municipal de Esportes – FME solicitando a utilização dos recursos aprovados e a alteração dos projetos, este CMDCA delibera que a solicitação seja encaminhada a Comissão de Proteção de Atendimento dos Direitos – Projetos, para análise e deliberação na próxima plenária. Pauta 03: Motorista para continuar atendendo as Organizações da Sociedade Civil. A conselheira Marilene explicou que o carro não está mais a disposição neste momento, devido ao afastamento do motorista Sr. Ademir, que faz parte de grupo de risco da pandemia COVID 19. A conselheira Karina falou que o trabalho realizado pela Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS necessita do carro, pois a Assistente Social realiza triagens, agendamentos, judiciário e também para entrega de ofícios. Ressaltou que a demanda de funcionamento não é a normal devido à pandemia, mas que necessita do carro pelo menos duas vezes no mês. A conselheira Patricia colocou que é necessário verificar as necessidades, pois a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social só está realizando visitas emergenciais. O Núcleo Assistencial Humberto de Campos – NAHC, Associação Amor pra Down e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE falaram que no momento não estão realizando visitas. Ficou deliberado que as entidades que tiverem precisando do carro deverão encaminhar documento com as demandas para que seja enviada a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social para providências. Pauta 04: Funcionamento da Casa dos Conselhos. A conselheira Marilene informou que a Casa dos Conselhos está funcionando e que as reuniões dos trinta e três conselhos estão sendo realizadas remotamente. Avisou também que a Casa dos Conselhos está aberta desde o dia dezoito, e que os funcionários trabalharão em sistema de rodízio para que a casa fique à disposição dos conselheiros das oito as doze e das quatorze às dezoito horas. Pauta 05: Comissão de Política de Atendimento dos Direitos – Projetos: Projeto CIEE. O conselheiro Wilson da comissão de projetos repassou que na análise que fez do projeto a entidade coloca a idade de vinte e quatro anos, sugere refazer e colocar dezoito anos. Falou também que não estão explícitas as metas de vagas ou pessoas atendidas. O conselheiro Valdeci concordou com o conselheiro Wilson. A conselheira Patricia falou da forma como será desenvolvido o projeto neste ano, explicou a questão dos encaminhamentos e das inscrições e considerou o que foi colocado no relatório, explicou que tudo está sendo realizado diretamente com a entidade. Falou que o presidente Douglas poderá explicar melhor esta questão. Ficou deliberado encaminhamento de ofício para o CIEE e para a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social solicitando mais informações sobre o projeto Jovem Aprendiz. Pauta 06: Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência. A conselheira Marilene, coordenadora do Comitê, falou que as reuniões serão realizadas nas segundas terças-feiras de cada mês. Sendo assim a primeira será realizada no dia nove de junho, às nove horas. Propôs aos conselheiros para se organizarem quanto plano de trabalho antes do dia da reunião agendada e também falou sobre as reuniões que serão remotas. Ressaltou da importância deste comitê e do início deste trabalho. Ficou



deliberado que as reuniões serão agendadas no período matutino. A conselheira Marilene falou sobre a Roda de Conversa da Federação Catarinense de Municípios – FECAM que aconteceu dia cinco de maio. A conselheira Marilene falou sobre o trabalho que está sendo desenvolvido em Blumenau e que o trabalho será intersetorial. O conselheiro tutelar Paulo falou que também está participando e que todo o acompanhamento é feita pela plataforma e da necessidade do trabalho em rede para que o trabalho possa ser funcional. A conselheira Patricia falou do GERA V e que ele pode estar integrado neste processo. A conselheira Karina pediu a palavra e falou sobre o trabalho da Gestora de Parceria Sra. Aydée, agradeceu a mesma pela competência. Foi levantada a questão da Comissão de Avaliação e Monitoramento deste conselho. A conselheira Karina falou sobre a Comissão de Monitoramento e Avaliação do CMDCA e ressaltou que realmente não pode fazer parte quem teve vínculo com alguma entidade parceira nos últimos cinco anos. A conselheira Cátia também elogiou o trabalho da gestora Haydée. Ficou deliberado solicitar a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social que seja pedido aos gestores das parcerias que sejam enviados os pareceres das Prestações de Contas mensais de todas as entidades, assim como faz a gestora Haydée. O conselheiro Paulo aproveitou e informou que os conselheiros tutelares irão visitar as entidades que fazem parte da Rede de Atendimento para estreitar os laços e melhorar o trabalho. A conselheira Patricia informou que obrigatoriamente os gestores tem que enviar o parecer anual e não o mensal, mas pode ser solicitado que seja enviado trimestralmente. A conselheira Karina falou da necessidade da comissão e das atribuições e alguns conselheiros entendem até que nem deveria formar essa comissão. A conselheira Josiane colocou que tem que ser analisada a lei para verificar as atribuições e sugeriu que a comissão seja formada com os conselheiros e quando for analisada a entidade da qual um conselheiro faça parte ele não participaria. A conselheira Irene disse que conselheiro que tem vínculo com entidade nos últimos cinco anos não pode analisar nem o seu parecer e nem de outra entidade. Ficou deliberado solicitar informações a Procuradoria Jurídica, um parecer que ampare o CMDCA nesta situação. Também foi deliberado encaminhar e-mail aos conselhos de direitos da região para verificar como eles estão procedendo em relação à Comissão de Avaliação e Monitoramento. Pauta 07: Abrigo Municipal da Criança. O presidente Douglas explicou aos conselheiros que a obra do Abrigo Municipal não está sendo executada no momento. Relatou que a obra está sendo realizada a por uma empresa que contratou uma empresa projetista, e esta deixou de colocar itens importantes do projeto. Sendo assim a obra foi interrompida há aproximadamente um mês e meio. Iniciou-se então a negociação da Prefeitura com a Empresa que está realizando a obra. A empresa projetista refez os projetos e encaminhou a empresa construtora e a construtora por sua vez, realizou análise dos custos dos materiais necessários para finalizar esta etapa da obra. Aproveitou e falou sobre a importância da obra, que o Ministério Público também está aguardando. Sendo assim, para o término desta obra o valor necessário a ser repassado do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA para o Fundo Municipal de Assistência Social – CMAS será de sessenta e seis mil, novecentos e cinquenta e um reais e dezesseis centavos para o término desta obra. Os conselheiros aprovaram por unanimidade. O presidente explicou mais questões relativas à obra e ao processo de articulação nestas situações. Falou também sobre o dia dezoito de maio. A presidente do Conselho Tutelar relatou várias situações nesta etapa da pandemia. O vice presidente Luciano levantou a questão do Programa Jovem Aprendiz. O presidente Douglas relatou sobre o Programa Jovem Aprendiz desenvolvido pelo Centro de Integração Empresa Escola – CIEE e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC. Citou várias questões e situações, explicou alguns questionamentos dos conselheiros e foi deliberado então encaminhar ofício ao CIEE solicitando mais informações sobre a metodologia do projeto para dois mil e vinte. Pauta 08: Assuntos Gerais. O conselheiro Wilson solicitou aos conselheiros, aprovação para encaminhamento



de ofício ao diretor do Fórum Municipal, Juiz Roque Cerutti, solicitando que as verbas da Segunda Vara Criminal voltem para o município. Ficou deliberado que será encaminhado ofício pelo CMDCA e por todas as organizações da sociedade civil. O conselheiro Luciano convidou a todos para participarem da semana do dia vinte e cinco de maio, que é o dia Nacional e Municipal de Adoção, as atividades serão realizadas on line, todas as noites. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas no site da entidade. O conselheiro Valdeci levantou a questão dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's que ainda não chegaram e a entidade está no limite, já não tem mais equipamentos para realizar atendimentos presenciais. O presidente Douglas colocou que houve dificuldade em ser realizado o processo da compra de EPI's, mas que está em andamento e que os equipamentos irão chegar e aproveitou para informar às entidades que as mesmas poderão conversar com seus gestores para utilizar os recursos das parcerias enquanto os equipamentos não chegam. Falou ainda que os gestores e a Secretaria de Controle Governamental estão cientes que os equipamentos não chegaram ainda e poderão orientar as entidades neste sentido. O conselheiro Mário falou sobre o projeto DOJO – Centros de Artes Marciais, e que o valor de sessenta e oito mil, setecentos e trinta e nove reais, aprovado para os projetos JEBC, JEBEQUINHO e PARAJEBC, serão reconduzidos a este novo projeto, já que os outros não serão realizados neste ano devido à pandemia. Nada mais havendo a tratar, eu, Patricia Humenhuk, lavro a presente ata que segue assinada pelos conselheiros presentes.

Valdeci Martins
Douglas Peres de Amorim